



Senado pode votar texto sobre sigilo de operações de crédito

Na quinta-feira, os senadores aprovaram urgência para o projeto de Alvaro Dias que acaba com o sigilo em empréstimos feitos por bancos públicos a outros países

O Plenário vota na quarta-feira projeto que acaba com o sigilo bancário de operações de instituições oficiais de crédito com outros países. Amanhã os parlamentares se reúnem em sessão do Congresso Nacional.

O projeto foi apresentado por Alvaro Dias para evitar que empréstimos, como o do BNDES para Cuba durante os governos Lula e Dilma, sejam feitos sem o conhecimento público.

Os senadores podem votar, também na quarta-feira, proposta que assegura a permanência de edificações comerciais e residenciais já erguidas à margem de rodovias e ferrovias. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado — 28/5/2019

O projeto que acaba com sigilo de empréstimo estrangeiro e o que assegura permanência de imóvel próximo a rodovias ganharam urgência em Plenário na quinta-feira

Josani Antunes/Embrapa



Alta produtividade no cultivo é atividade da Embrapa que pode ser beneficiada

Proposta busca aumentar as fontes de recurso da Embrapa

A Comissão de Assuntos Econômicos tem na pauta de amanhã um projeto que amplia os recursos da Embrapa para investimentos em pesquisa e no desenvolvimento da empresa. Também pode analisar a proposta que beneficia a

gastronomia com o Programa Nacional de Apoio à Cultura, o Pronac, e a que prorroga por mais cinco anos a possibilidade de dedução no Imposto de Renda da contribuição paga à Previdência pelo empregador doméstico. **3**

Comissão debate hoje reforma tributária

A Comissão de Direitos Humanos vai debater hoje a proposta de reforma tributária solidária, que busca corrigir a reduzida participação de tributos sobre renda e patrimônio. **4**

Texto reconhece trabalho policial de agentes

Foi apresentado na quinta-feira projeto que inclui no Sistema Único de Segurança Pública os agentes socioeducativos e reconhece a natureza policial da atividade. **4**

Sancionada com vetos nova lei antidrogas

Foi publicada na quinta-feira a lei que altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, responsável por repressão, prevenção e tratamento de usuários de drogas. **2**

Uso de patinete nas cidades é tema de audiência

A Subcomissão Temporária sobre Mobilidade Urbana debate hoje a regulamentação do uso de patinetes e de bicicletas elétricas. Na audiência, será analisada a minuta de um projeto para proibir a circulação desses meios de mobilidade individual nas faixas de rolamento das vias abertas a veículos. **2**



Leopoldo Silva/Agência Senado

Compartilhamento de bicicleta e patinete poderá ser regulamentado

VOCÊ JÁ PASSOU UMA NOTÍCIA ADIANTE SEM CHECAR SE ERA VERDADE?

Subcomissão debate hoje regulamentação de patinete

Audiência analisa texto em elaboração para proibir a circulação de bicicletas elétricas e de patinetes em faixas de rolamento de vias abertas a veículos. Permissão fica restrita a ciclovias e ciclofaixas de até 20 km/h

A REGULAMENTAÇÃO DO uso de patinetes e de bicicletas elétricas para o deslocamento urbano será tema de audiência hoje, às 15h, na Subcomissão Temporária sobre Mobilidade Urbana, vinculada à Comissão de Direitos Humanos (CDH).

No debate, Acir Gurgacz (PDT-RO) apresentará a minuta de um projeto de lei em elaboração para proibir a circulação de patinetes nas faixas de rolamento de toda via aberta ao tráfego de veículos. A permissão ficará restrita às ciclovias e às ciclofaixas com velocidade de até 20 quilômetros por hora.

O senador destaca que, recentemente, a população de mais de uma dezena de cidades brasileiras passou a dispor de patinetes elétricos, com um crescente número de acidentes envolvendo seus usuários e conflitos no compartilhamento das calçadas com os pedestres.

Há registros de atropelamento de usuários que trafegavam nas faixas de rolamento das



Texto de Gurgacz trata ainda do uso de bicicleta elétrica no deslocamento urbano

vias. Gurgacz também aponta a expansão recente dos serviços de compartilhamento de bicicletas e bicicletas elétricas. A proposta exige ainda o uso capacete por condutores de patinetes e bicicletas elétricas.

Com as regras de circulação estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, explica o senador, caberá aos municípios e ao Distrito Federal a regulamentação de serviços de compartilhamento de bicicletas, bicicletas elétricas e patinetes motorizados via sites

ou aplicativos. Foram convidados para o debate o diretor de Educação de Trânsito do Detran-DF, Marcelo Vinícius Granja, o coordenador-geral de Fiscalização do Denatran, Arnaldo Luis Teodósio Pazetti, o assessor da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte de São Paulo José Luiz Nakama, o coordenador de Planejamento da Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro, Eloir Oliveira Faria, e um representante da organização Bike Anjo.

Sancionada com vetos a lei sobre internação involuntária

A lei que autoriza a internação sem consentimento de dependentes químicos foi sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, com vetos.

O texto, aprovado em 15 de maio pelo Senado, foi publicado no *Diário Oficial da União* na quinta-feira. A Lei 13.840 altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), que coordena medidas relacionadas à prevenção do uso de psicoativos, à atenção à saúde de usuários e à repressão ao tráfico.

O texto, com origem em projeto do ex-deputado e hoje ministro da Cidadania, Osmar Terra, também trata do financiamento das políticas sobre drogas. Pela lei, a internação involuntária só poderá ser feita em unidades de saúde e hospitais gerais, dependerá do aval de um médico responsável e terá prazo máximo de 90 dias. Foram vetadas a inclusão das comunidades terapêuticas na composição do Sisnad e a permissão para que não médicos avaliassem o risco de morte de um dependente. O presidente também vetou, entre outros, dispositivo que diferenciava as penas para traficantes e usuários.

Regulamentação da profissão de DJ é tema de série especial

A Rádio Senado veicula de hoje a sexta-feira uma série especial sobre o projeto que busca regulamentar no Brasil a atividade de DJ profissional. A sigla vem do inglês *disc jockey* e se refere ao profissional que seleciona e reproduz composições previamente gravadas ou produzidas na hora para um determinado público alvo. Aprovado no final do ano passado pela Câmara dos Deputados, o PLC 138/2018 está sendo analisado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado.

A série também trata de conexões entre a cultura DJ e qualidade de vida e irá ao ar no programa *Conexão Senado*. Foram entrevistados DJs e frequentadores de baladas e festas em Brasília, que falaram sobre a cultura DJ e se são favoráveis ou não à regulamentação da atividade. Cada um dos cinco programas da série também estará disponível na página da Rádio Senado na internet.

De segunda a sexta, às 8h30, com reprise às 22h
<http://senado.leg.br/radio>

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEG	CDH Reforma tributária 9h Debate sobre reforma tributária solidária.	CDH Abolição e ações afirmativas 9h Debate sobre abolição da escravidão e as ações afirmativas.
	PLENÁRIO Pronunciamentos 14h Sessão não deliberativa.	CDR Rio São Francisco 9h Audiência para debater a integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste setentrional.
	MOBILIDADE URBANA Patinetes 15h Debate sobre regulamentação de patinetes.	CRE Jordânia e Egito 9h Sabatina de nomes indicados para as embaixadas do Brasil na Jordânia e no Egito.
TER	CE Espiritismo 8h30 Debate sobre instituição do Dia Nacional do Espiritismo.	CAS Doenças raras 9h30 Comissão pode votar projeto que dá benefícios fiscais por dependentes com doenças raras.
	CDH SUS 9h Audiência sobre falta de médicos e atual situação do SUS.	CRA Agronegócio 11h Debate sobre ações que impactam negativamente o agronegócio.
	CTFC Venda de medicamentos 9h Audiência sobre venda fracionada de medicamentos.	CDH Fundos de pensão 14h Audiência para discutir irregularidades em fundos de pensão e propor ações que garantam a transparência dos fundos.
	CAE Institutos federais 10h Análise de projeto que torna institutos federais referência tecnológica para pequenas e microempresas.	CMA Licenciamento ambiental 14h Entre os itens em pauta, está o projeto que garante regime de licenciamento ambiental diferenciado para hidrelétrica.
	CCJ Turismo 10h Audiência com ministros do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, e da Economia, Paulo Guedes, sobre modernização de atividade turística e transporte aéreo.	MP 876/2019 Registro de empresas 14h Votação do relatório.
	CMA Lucro verde 10h Debate sobre lucros verdes, como parte do Programa Senado Verde.	MP 877/2019 Tributo sobre aéreas 14h30 Instalação da comissão mista e eleição de presidente e vice.
	CJ Energia renovável 11h Análise de projeto sobre instalação de energia renovável em prédios públicos.	MP 878/2019 Iphan 14h40 Instalação da comissão mista e eleição de presidente e vice.
	CMO Crédito suplementar 11h Análise de projeto que abre crédito suplementar de R\$ 248,9 bilhões para o governo.	MP 879/2019 Eletobras 14h50 Instalação da comissão mista e eleição de presidente e vice.
	CDR Naturismo 14h Análise de projeto que dispõe sobre a prática do naturismo.	MP 881/2019 Burocracia 15h Instalação da comissão mista e eleição de presidente e vice.
QUA	CONGRESSO Vetos 14h Análise de vetos e do projeto que abre crédito suplementar de R\$ 248,9 bilhões para o governo.	CCT Ciência e tecnologia 10h Audiência para discutir o projeto que destina recursos do Fundo Social para ciência e tecnologia.
	CCJ Ministro do TST 9h Sabatina de Evandro Pereira Valadão Lopes, indicado para ministro do TST. Depois, análise da PEC que altera rito das MPs.	CTFC Golpe de 1964 10h Audiência com o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Alberto do Santos Cruz, para explicar vídeo divulgado pela Presidência que faz apologia ao golpe militar de 1964.
	CCT Desenvolvimento regional 9h Debate sobre desenvolvimento regional por meio dos parques tecnológicos.	PLENÁRIO Sessão não deliberativa 9h Sessão destinada a pronunciamentos.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Bulte
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Decreto sobre porte de armas é perigoso para o país, afirma Girão

Eduardo Girão (Pode-CE) disse que o decreto do presidente Jair Bolsonaro que flexibiliza as regras para porte de armas (Decreto 9.785, de 2019) é extremamente perigoso para a nação. Apesar do respeito e convergência com a maioria das pautas defendidas pelo chefe do Executivo, o senador disse que não poderia se calar diante do afrouxamento das regras, principalmente para o porte de armas. Girão também criticou que a mudança não tenha sido proposta por projeto.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Leila Barros propõe alteração no projeto antitabagismo

Relatora de um projeto antitabagismo (PLS 769/2015) na CCJ, Leila Barros (PSB-DF) explicou que seu voto foi favorável à proposta, com algumas alterações em relação ao texto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



Edilson Rodrigues/Agência Senado

— Propomos que os cigarros fiquem acondicionados em expositores e mostruários exclusivos, contendo advertências sobre os riscos decorrentes do uso do tabaco, bem como mensagem de proibição a menores

Izalci Lucas pede mais recursos para ciência e tecnologia no Brasil

Izalci Lucas (PSDB-DF) elogiou a estudante Juliana Estradioto, de 18 anos, vencedora na categoria Ciência dos Materiais da International Science and Engineering Fair (Intel Iself), considerada uma das maiores feiras de ciências do mundo para estudantes do ensino médio.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

— Precisamos de recursos para que possamos criar mais oportunidades para nossos jovens e talentosos pesquisadores, para que eles permaneçam no Brasil.

Plenário vota fim do sigilo de crédito a outros países

Projeto, que será votado em regime de urgência, visa evitar que operações de empréstimo, como a feita pelo BNDES com Cuba durante os governos Lula e Dilma, não sejam de conhecimento público

O PLENÁRIO DEVE analisar esta semana projeto que prevê o fim do sigilo bancário de empréstimos de bancos públicos para outros países. O texto ganhou urgência na quinta-feira será pautado na ordem do dia da próxima sessão deliberativa, marcada para a quarta-feira. Amanhã está agendada sessão do Congresso Nacional.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) 26/2014 — Complementar, do senador Alvaro Dias (Pode-PR), estabelece que não estão protegidas pelo sigilo bancário as operações feitas por instituições financeiras controladas por entidades de direito público interno, quando a contraparte for Estado estrangeiro ou quando a operação contar com garantia direta ou indireta de Estado estrangeiro. Além disso, os instrumentos contratuais e eventuais aditivos das referidas operações devem ser divulgados em página específica da instituição na internet.

Ao apresentar o projeto, Alvaro Dias criticou o empréstimo de US\$ 800 milhões concedido pelo BNDES a Cuba para a construção do Porto de Mariel. O senador rebateu o argumento do governo da ex-presidente Dilma Rousseff



Senadores se reúnem na quarta-feira. Amanhã haverá sessão do Congresso

de que os brasileiros foram beneficiados com a geração de emprego decorrente das encomendas necessárias à execução da obra. Segundo ele, falta transparência a esses empréstimos, que podem levar inclusive a calote. A proposta, ressalta o senador, segue o princípio o artigo 37 da Constituição, que determina publicidade aos atos públicos.

Rodovias

O Plenário também aprovou urgência para um projeto que assegura a permanência de edificações comerciais e residenciais já erguidas à margem de rodovias federais e ferrovias, mesmo que proibido por lei. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 26/2018 também estará na pauta de quarta-feira.

A Lei de Parcelamento do Solo Urbano (Lei 6.766, de 1979) proíbe a existência de construções em uma faixa de 15 metros de cada lado de estradas e ferrovias e de águas correntes (mar, rios, riachos) e dormentes (lagos, lagoas).

O projeto também dispensa a observação dessa margem de segurança nos trechos rodoviários ou ferroviários que atravessem perímetro urbano ou áreas urbanizadas que possam ser incluídas nesse perímetro.

Segundo o texto, o poder público também deve desistir de ações judiciais para retomada dos terrenos. Se o imóvel comprometer a segurança do trânsito ou dos seus ocupantes, deve ser desapropriado com pagamento de indenização.

Jorge Kajuru defende projeto que cria serviço de apoio a idosos

Jorge Kajuru (PSB-GO) explicou, em Plenário, projeto de sua autoria que obriga as entidades do Sistema S a cooperar e dividir, entre si, apoio às pessoas idosas que, por causa de doença ou acidente, dependam de outras para atividades diárias.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ele disse que o projeto foi inspirado no Japão. Segundo Kajuru, a proposta prevê que as entidades do Sistema S destinem 3% de suas receitas para a implementação desse serviço.

Falta de continuidade prejudica educação, diz Confúcio Moura

Confúcio Moura (MDB-RO) continuou a série de discursos que vem fazendo com o objetivo de recuperar o processo histórico da educação no Brasil e identificar quais erros podem ser superados. Ele destacou as ações implantadas durante a República Velha, mostrando a realidade dos anos de 1920 a 1930. Para ele, um dos grandes entraves da educação no país é a falta de continuidade de programas que hoje poderiam estar gerando resultados positivos.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Projeto dá mais recursos para Embrapa aplicar em pesquisa

Um dos projetos a serem analisados na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) de amanhã, às 10h, é o que aumenta a fonte de recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Do senador Alvaro Dias (Pode-PR), o projeto (PLS 39/2017) inclui entre os recursos da Embrapa os valores arrecadados com licenciamento para exploração comercial de tecnologias, produtos, serviços e direitos de uso da marca. O texto vincula a aplicação desses recursos à atividade de pesquisa e desenvolvimento da empresa.

A proposta receberá decisão

final na CAE e, se aprovada, deve seguir para a Câmara dos Deputados. A relatora, Kátia Abreu (PDT-TO), destacou a importância da tecnologia agropecuária da empresa.

Na mesma reunião, a comissão vai analisar o projeto (PLS 379/2015) que insere a gastronomia como beneficiária do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e o que prorroga por mais cinco anos a possibilidade de deduzir do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico (PL 1.766/2019).

Wellington: Senado apoiará revitalização do Rio Araguaia

Wellington Fagundes (PL-MT) elogiou na sexta-feira o projeto de revitalização do Rio Araguaia, lançado no Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho) pelo presidente Jair Bolsonaro. A proposta pretende recuperar 10 mil hectares de áreas degradadas, em 27 municípios da região.

— O projeto quer recompor as florestas protetoras de áreas de preservação permanente e manejar pastagens e atividades agropecuárias com agricultura de baixo carbono.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Mecias de Jesus celebra leilão de energia elétrica em Roraima

Mecias de Jesus (PRB-RR) celebrou o leilão para fornecimento de energia em Roraima. Ele informou que o pregão foi realizado no dia 31, em São Paulo, e alcançou R\$1,6 bilhão em investimentos.

— Mas mais importante do que o leilão é o anúncio de que preços pagos pelo fornecimento de energia deverão ser reduzidos em cerca de 35%. Não é sem tempo, porque quem vive em Roraima paga a energia mais cara do planeta.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

VOCÊ SABE IDENTIFICAR UMA NOTÍCIA FALSA?

Novo projeto inclui agentes socioeducativos no Susp

Apresentada por Major Olimpio e Flávio Bolsonaro, proposta tem o mesmo conteúdo de outro texto vetado pelo ex-presidente Michel Temer. Um acordo para a derrubada do veto, na quarta-feira, foi descumprido

COM O OBJETIVO de incluir no Sistema Único de Segurança Pública (Susp) os agentes socioeducativos e reconhecer a natureza policial da atividade exercida por eles e pelos agentes penitenciários, um projeto de lei foi apresentado na quinta-feira pelos senadores Major Olimpio (PSL-SP) e Flávio Bolsonaro (PSL-RJ).

O texto altera a Lei 13.675, de 2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública e institui o Susp.

O sistema foi criado com o objetivo de integrar os órgãos de segurança pública, como as polícias federal e estaduais, as secretarias de segurança e as guardas municipais. No entanto, o ex-presidente Michel Temer vetou alguns pontos do projeto. Entre eles, estavam a inclusão no sistema das medidas socioeducativas destinadas a crianças e adolescentes em conflito com a lei e a equiparação dos agentes penitenciários aos policiais. As medidas socio-



Senadores Flávio Bolsonaro e Major Olimpio são os autores da proposta

educativas ficaram, então, sob responsabilidade do Ministério dos Direitos Humanos.

Segundo Major Olimpio, é necessário que os agentes socioeducativos sejam incluídos no Susp, pois eles desempenham atividades similares aos agentes penitenciários, ou seja, atividades de segurança pública.

“Essas alterações visam fazer justiça e refletir a realidade vivida por esses profissionais que exercem uma atividade essencial para a segurança pública do país, inclusive

para o justo cumprimento da pena e a reinserção social dos internos do sistema prisional e socioeducativo”, justifica o senador.

O projeto possui o mesmo conteúdo de outra proposta (PL 3.734/2012), que foi aprovada pelas duas Casas mas vetado pelo ex-presidente Michel Temer (veto 20/2018). Na sessão do Congresso de quarta-feira, o veto foi mantido, contrariando as expectativas de Major Olimpio, que contava com um acordo de líderes para derrubar o veto.

Jefferson Rudy/Agência Senado - 6/2/2019

Comissão de Direitos Humanos debate hoje reforma tributária solidária

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove hoje uma audiência pública sobre a proposta da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) de reforma tributária solidária. O autor do requerimento para

o debate é o senador Paulo Paim (PT-RS)

A reforma solidária busca um debate amplo com o objetivo de corrigir anomalias do sistema tributário brasileiro, entre elas, a reduzida participação dos tributos diretos sobre renda e patrimônio. Para as duas entidades, essa seria uma das razões da baixa distribuição de renda.

Styvenson discorda de proposta que muda lei de trânsito

Styvenson Valentim (Pode-RN) criticou na sexta-feira as mudanças no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) sugeridas pelo presidente Jair Bolsonaro por meio do PL 3.267/2019. O senador disse não concordar com o fim do exame toxicológico para condutores de cargas e com o fim da multa para o motorista que transporta crianças sem cadeirinha.

— Não existe educação sem fiscalização e punição — afirmou o senador.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Paim critica falta de UTIs do SUS em região de fronteira

Paulo Paim (PT-RS) chamou a atenção, na sexta-feira, para as deficiências do SUS nos mais de 600 municípios na região de fronteira, que abrange mais de 17 mil quilômetros e onde vivem 12 milhões de pessoas. Segundo dados do Conselho Federal de Medicina mostrados pelo senador, em 93% dos municípios não há nenhum leito de UTI vinculado ao SUS.

— Os problemas são mais graves do que aqueles que têm atenção maior do poder público em outras áreas.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

NOTÍCIA FALSA SE COMBATE COM BOA INFORMAÇÃO.

Procure sempre seguir alguns passos simples para não cair nas fake news:

- Nunca compartilhe antes de ler o texto completo. E não leia apenas o título da matéria.
- Observe se os títulos apelam para o exagero e abusam de recursos visuais, como negrito, letra maiúscula e pontos de exclamação.
- Confira se há erros de ortografia, concordância ou lógica.
- Verifique se a mensagem estimula o compartilhamento rápido, sem pensar.
- Caso você não tenha certeza depois desses cuidados, pode ser fake news. Não passe adiante o boato.

Antes de compartilhar uma notícia duvidosa sobre o Senado, descubra o que o Jornal do Senado tem a dizer sobre o assunto.